

1) A regulação obedece a protocolos de encaminhamento, com solicitação feita pelos profissionais de saúde - médicos, enfermeiros ou dentistas - por meio do Sistema Nacional de Regulação (Sisreg), para a Central de Regulação, a qual é responsável por agendar e informar os dados da marcação aos pacientes do Recife por SMS. Atualmente são regulados mais de 190 mil procedimentos ambulatoriais e hospitalares ao mês.

Acerca do perfil de acessibilidade, deve-se ressaltar que há 628 operadores, distribuídos em 250 Unidades, sendo divididas em unidades Solicitantes e unidades solicitantes/executantes. Ademais, os profissionais em questão, depois de passarem por processo de seleção, são devidamente treinados, e passam por constantes capacitações.

Por fim, quanto à regularidade/frequência com a qual é feita a alimentação no referido Sistema, insta salientar que o SISREG é alimentado diariamente pelos seus operadores.

2) Em anexo, segue tabela na qual demonstra dois cenários referentes aos pacientes em fila de espera de cirurgia eletiva.

3) Quanto às informações referentes aos pacientes, solicitadas no tópico 3), quais sejam: Data de entrada na lista; Situação do pedido; Data de nascimento e/ou idade e sexo do paciente, são consideradas de ordem pessoal, de forma que seu acesso é restrito. Nesse sentido dispõe o art. 31, da Lei 12.527/2011:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º - As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º *Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.*

§ 3º *O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:*

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º *A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido,*

bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

Quanto ao município de residência dos pacientes, destaca-se que é Recife.

Vale ressaltar, por fim, que os danos causados em decorrência da divulgação indevida de tais informações acarreta na responsabilidade direta dos órgãos e entidades públicas, cabendo apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado direito de regresso. Isso é o que dispõe o art. 34 da aludida Lei.